



*Chaves*  
Conceição de Maria Lúges Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Antonio Henrique de Carvalho Pires  
Presidente da CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí  
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 113 DE 2022.**  
**PROCESSO (PROTOCOLO) AL Nº 28478 /2022**

**RELATOR: DEPUTADO FRANCISCO LIMMA**

**I - RELATÓRIO E VOTO.**

Foi enviado para a relatoria deste Deputado, o projeto de lei nº 113 de junho de 2022, de autoria do Senhor Deputado Evaldo Gomes que tem a seguinte ementa: **“RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA O PROJETO ESPORTIVO QUARTEL GENERAL DA LUTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O referido projeto de lei visa reconhecer a utilidade pública da Associação que tem dentre suas finalidades o desenvolvimento da prática de jiu-jitsu esportivo, promover e organizar campeonatos, expedir a seus filiados a autorização para a prática desportiva, zelar pela organização, disciplina, ética e eficiência de seus filiados.

Segundo o autor, a Associação, criada em 2011 localizada em Teresina-PI, com a experiência de anos de parceria com o Poder Público o Projeto QG da Luta obteve pleno êxito na busca de seus objetivos, inserindo vários jovens no esporte, trazendo para nosso Estado um retorno inestimável. Com uma área de cobertura que envolve 10(dez) cidades (José de Freitas, União, Esperantina, Batalha, Cocal da Estação, Piripiri, Inhumas, Picos, Valença e Floriano) abrangendo também 10(dez) bairros da capital Teresina (Monte Verde, Jacinta Andrade, Marquês, São Pedro, Promorar, Sacy, Teresina Sul, Dirceu, Vila Maria e Macaúba), atendendo mais de 600(seiscentos) alunos com ações não só esportivo como também na concessão de bolsas de estudos aos alunos destaque e distribuição de cestas básicas.

Analisando, inicialmente, a competência e legitimidade para propor o presente projeto de lei, vê-se que está em consonância com o artigo 75, da Constituição Estadual que prevê a competência de Membro da Assembleia Legislativa a iniciativa para a proposição.

A referida Fundação está apta a receber o título de utilidade pública por preencher os requisitos do Artigo 2º da Lei nº 5447/2005, conforme a documentação exigida e trazida aos autos em anexo.

Observa-se também que a proposição de lei ordinária não encontra quaisquer óbices constitucionais e infraconstitucionais, nem vícios formais e materiais de inconstitucionalidade. Da mesma forma que tampouco requer reparos quanto à Técnica



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí  
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

Legislativa.

No que toca as disposições regimentais, observa-se que o projeto de lei cumpre os ditames dos artigos 105, I e 106 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, observado em todos os seus termos.

Ante o exposto, entendendo que não há impedimento quanto à sua legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, **minha manifestação é favorável à constitucionalidade do referido projeto.**

**II - DO PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição e Justiça, após a discussão e votação da matéria, delibera;

( ) Pelo **acatamento do voto do relator** ( ) Pela **rejeição do voto do relator**,

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Teresina, 08 de agosto de 2022.

Dep. Francisco Limma/PT  
Relator

APROVADO À UNANIMIDADE  
EM, 23 / 08 / 2022  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:  
Justiça

VOTO À UNANIMIDADE  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:  
\_\_\_\_\_